

Regulamento dos Bolseiros de Investigação

1. Considerandos

Atendendo

- a que o estatuto do bolseiro de investigação, Decreto-Lei n.º 202/2012 publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 165 de 27 de Agosto, de ora em diante referido apenas como *Estatuto do Bolseiro de Investigação* prevê que os bolseiros de investigação se sujeitam às regras de funcionamento da entidade de acolhimento “que devem ser-lhes comunicadas atempadamente” (art. 13.º, n.º1, alínea c);
- ao interesse em ligar a investigação desenvolvida no Centro de Estudos Geográficos (CEG), unidade de investigação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT), com o ensino oferecido no IGOT;
- ao interesse para os bolseiros em diversificarem a sua experiência profissional e o desenvolvimento das suas competências pedagógicas e de comunicação;
- ao investimento muito importante feito pelo país na formação avançada através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, constituindo os beneficiários uma bolsa de recrutamento qualificada para poderem vir a renovar os quadros das universidades integrando a carreira docente, após a conclusão do doutoramento;
- ao facto de os bolseiros desenvolverem investigação no seio das estruturas de investigação da universidades, beneficiando do saber acumulado, da orientação e experiência do seu corpo de investigadores, em larga medida docentes da Universidade a que pertence a entidade de acolhimento, do respetivo equipamento material e de instalações, e “do apoio técnico e logístico necessário à prossecução do seu plano de trabalhos” (art. 9.º n.º1 alínea b) do Estatuto de Bolseiro de Investigação;
- que o DL 202/2012 no art.13.º prevê a comunicação ao bolseiro das regras de funcionamento da entidade de acolhimento.

Entende o IGOT-UL que a colaboração dos bolseiros nas atividades científicas e pedagógicas do Instituto será uma mais-valia para o cumprimento e desenvolvimento do seu projeto individual de trabalho e são aprovadas as seguintes Regras de Funcionamento e Conduta.

Artigo 1.º Objeto

O presente conjunto de normas transcreve, define e clarifica o conjunto de normas gerais a que os bolseiros de investigação científica do Centro de Estudos Geográficos (CEG) do IGOT-UL estão obrigados, no desempenho das suas actividades científicas, de acordo com o Estatuto do Bolseiro de Investigação e demais legislação aplicável.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação

As presentes Normas de Conduta aplicam-se “aos beneficiários de subsídios, atribuídos por entidades de natureza pública ou privada, destinados a financiar a realização, pelo próprio, de atividades de natureza científica, tecnológica e formativa”, nos termos do n.º1 do Artº 1.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação, acima referido.

Artigo 3.º Direitos dos Bolseiros

1.- O bolseiro tem o direito a:

a) Receber pontualmente o financiamento de que beneficie em virtude da concessão da bolsa por parte da entidade financiadora e nos termos do nº3 do art. 13º do Estatuto de Bolseiro de Investigação de acordo com a disponibilidade de verbas por parte da entidade de acolhimento;

b) Durante o período de vigência do contrato da bolsa, ser considerado um investigador do CEG, no usufruto dos respectivos direitos e deveres, de acordo com a regulamentação interna do CEG;

c) Obter do CEG o acolhimento e o apoio técnico e logístico necessários à prossecução do seu plano de trabalhos;

d) Aceder aos recursos de investigação do CEG, nomeadamente à biblioteca, mapoteca, laboratório, fototeca, meios informáticos, bases de dados, etc., de acordo com os respetivos protocolos e regulamentos de utilização;

e) Ter as atividades de formação e de divulgação de ciência do IGOT-UL referidas no art.4º nº2 alínea d) concentradas no tempo, não ultrapassando a duração da respetiva bolsa menos 1, tendo todavia em atenção o tipo de bolsa;

f) Beneficiar de isenção ou redução de propinas no ano seguinte ao fim do financiamento da bolsa, mediante parecer favorável do orientador científico do CEG e desde que tenham colaborado nas atividades de formação e de divulgação de ciência do IGOT-UL referidas no art.4º nº2 alínea d) durante o período referido na alínea anterior;

g) Beneficiar da isenção do pagamento dos emolumentos diretamente relacionados com a sua condição de aluno do IGOT regularmente inscrito em cursos dos 2.º e 3.º ciclos de estudos ou pós-doutoramento;

h) Ter o seu desempenho avaliado periodicamente pelo seu orientador científico e pela entidade de acolhimento (CEG);

i) Beneficiar de um regime próprio de segurança social, tendo direito à assunção, por parte da instituição financiadora, dos encargos resultantes das contribuições, nos termos do art. 10.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação;

j) Beneficiar, por parte da entidade de acolhimento ou da entidade financiadora, de um seguro contra acidentes pessoais, incluindo as deslocações ao estrangeiro, mediante autorização prévia para a realização da deslocação;

k) Suspender as atividades financiadas pela bolsa por motivo de parentalidade, nos termos do regime previsto no Código do Trabalho;

l) Suspender as atividades financiadas pela bolsa por motivo de doença, justificada por atestado médico ou declaração de doença passada por estabelecimento hospitalar;

m) Beneficiar de um período de descanso que não exceda os 22 dias úteis por ano civil;

n) Receber, por parte das entidades financiadora e de acolhimento, todos os esclarecimentos que solicite a respeito do seu estatuto;

o) Todos os outros direitos que decorram da lei, deste regulamento, do regulamento de atribuição da bolsa de que é beneficiário, das normas ou diretrizes da unidade de acolhimento e dos termos do contrato de bolsa.

2 — Os bolseiros que sejam titulares de um vínculo jurídico-laboral têm ainda direito à contagem do tempo durante o qual beneficiaram do presente Estatuto como tempo de serviço efetivo, para todos os efeitos legais, nos termos dos n.ºs 2 a 7 do artº 9º do Estatuto do Bolseiro de Investigação.

Artigo 4.º Deveres dos Bolseiros

1. No exercício da sua atividade, os bolseiros devem agir de forma leal, solidária e cooperante respeitando os direitos autorais e o dever de sigilo da informação a que têm acesso, bem como práticas éticas no seu tratamento.

2.- Os bolsеiros devem, de acordo com o estipulado no artº 12º do Estatuto do Bolsеiro de Investigação:

a) Cumprir pontualmente o plano de atividades estabelecido, não podendo este ser alterado de forma unilateral;

b) Cumprir as regras de funcionamento interno da entidade de acolhimento, e as diretrizes do orientador cintifico;

c) Inscrever-se nos serviços acadmicos do IGOT-UL e fazer o pagamento da correspondente propina, com exceção dos emolumentos mencionados no art.3º nº1 alínea g), sempre que a bolsa se destine a obter uma formação certificada e que a responsabilidade do pagamento não seja da entidade financiadora;

d) Colaborar em atividades de formação e de divulgação de ciência no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, no equivalente a 2h anuais por semana ou outra duração prevista pela FCT ou pelo regulamento da bolsa, nomeadamente:

- participar no planeamento, na organização e na concretização de visitas de estudo e trabalhos de campo, assessorando os docentes, designadamente das unidades curriculares que envolvem grande número de alunos e cujos grupos necessitam de acompanhamento;

- participar em iniciativas de divulgação do ensino e da investigação do IGOT, designadamente junto das escolas Básicas e Secundárias, através da deslocação a essas escolas, participação em eventos como o Dia Aberto da Geografia, as Conferências anuais do IGOT e em outras iniciativas semelhantes;

- proferir lições ou conferências relacionadas com o tema da sua investigação;

- colaborar no ensino de aulas práticas ou teórico-práticas, apoiando o trabalho de grupos e a execução de exercícios práticos na sua área cintifica dominante;

e) Apresentar atempadamente os relatórios a que esteja obrigado, nos termos do regulamento de bolsas e do contrato;

f) Fornecer ao seu orientador cintifico e  unidade de acolhimento (o CEG) os elementos que lhe sejam solicitados para a avaliação periódica do seu desempenho;

g) Comunicar ao orientador, ao CEG e  instituição financiadora a ocorrência de qualquer facto que justifique a suspensão da bolsa;

h) Colaborar com as entidades competentes para o acompanhamento da atividade dos bolsеiros, respondendo prontamente a todas as solicitações que lhe forem feitas no âmbito desse acompanhamento;

i) Elaborar um relatório final de apreciação do programa de bolsa, o qual deve conter uma listagem das publicações e trabalhos elaborados no âmbito do contrato, bem como cópia do respetivo trabalho final, no caso de bolsa concedida para obtenção de grau ou diploma acadmico;

j) Cumprir todos os deveres e obrigações que decorram da lei, deste regulamento, do regulamento de atribuição da bolsa de que  beneficiário, das normas ou directrizes da unidade de acolhimento e dos termos do contrato de bolsa.

Artigo 5.º Acompanhamento dos Bolsеiros

1.- A orientação cintifica e o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo bolsеiro de investigação são feitos pelo seu orientador cintifico, e dada a sua situação de investigador do Centro, pelo coordenador de Núcleo de Investigação em que está integrado e pela instituição de acolhimento, através do seu Núcleo do Bolsеiro e do Diretor do IGOT-UL.

2.- Nos termos do artº 15º do Estatuto do Bolseiro de Investigação e do artº 38º do Regulamento 234/2012 de 5 Junho de 2012 o Núcleo do Bolseiro do Centro de Estudos Geográficos (CEG) é responsável por prestar toda a informação relativa ao Estatuto do Bolseiro e mais regulamentação, sendo composto pelo Diretor Científico e pelos elementos docentes da Direção do CEG.

Artigo 6.º Sanções

No caso de incumprimento dos seus deveres, o bolseiro será sancionado, nos termos, e de acordo com os procedimentos prescritos, nos art.ºs 17º e 18º do Estatuto do Bolseiro de Investigação.

Artigo 7.º Casos omissos

1.- Os casos omissos neste regulamento são resolvidos pela Direção da Entidade de Acolhimento (CEG), tendo em conta os princípios e as normas constantes da legislação nacional e comunitária aplicável.

2.- O recurso dos casos resolvidos nos termos do número anterior, seguem hierarquicamente, em primeira instância, para os órgãos de gestão do IGOT e, de seguida, se tal for o caso, para os órgãos de gestão da Universidade de Lisboa.

Este Regulamento entra em vigor a 1 de janeiro de 2013